
DESCONSTRUINDO O ESTUDANTE PADRÃO: repensando a educação para a inclusão

Raquel Angela Speck

Resumo

O artigo apresenta um diálogo com Maria Edith Romano Siems, renomada educadora e pesquisadora da educação especial. Esse encontro formativo ocorreu como parte de um curso de qualificação profissional na Universidade Federal do Paraná, onde Maria Edith foi uma das convidadas. Sua abordagem se fundamenta na perspectiva inclusiva, desafiando conceitos e práticas que restringem a plena participação de todos na escola e na sociedade. Ao longo da discussão, ela explora a evolução conceitual e terminológica da área, problematiza práticas pedagógicas que ainda se baseiam em um modelo único de aluno e questiona o uso de laudos médicos como justificativa para limitar a inclusão educacional e social. Sua fala enfatiza a necessidade de transformação nas diferentes áreas do conhecimento, assegurando que a inclusão vá além do discurso e se concretize como uma realidade efetiva.

Palavras-chave: educação especial; inclusão; práticas pedagógicas inclusivas; diversidade; direito à educação.

DECONSTRUCTING THE STANDARD STUDENT: rethinking education for inclusion

Abstract

The article presents a dialogue with Maria Edith Romano Siems, a renowned educator and researcher in Special Education. This formative meeting took place as part of a professional qualification course at the Federal University of Paraná, where Maria Edith was one of the invited speakers. Her approach is based on an inclusive perspective, challenging concepts and practices that restrict full participation in school and society. Throughout the discussion, she explores the conceptual and terminological evolution of the field, critically examines pedagogical practices that still rely on a standardized student model, and questions the use of medical reports as a justification for limiting educational and social inclusion. Her speech emphasizes the need for transformation across various fields of knowledge, ensuring that inclusion goes beyond discourse and becomes an effective reality.

Keywords: special education; inclusion; inclusive pedagogical practices; diversity; right to education.

DECONSTRUYENDO AL ESTUDIANTE ESTÁNDAR: repensando la educación para la inclusión

Resumen

El artículo presenta un diálogo con Maria Edith Romano Siems, reconocida educadora e investigadora en el campo de la Educación Especial. Este encuentro formativo tuvo lugar como parte de un curso de cualificación profesional en la Universidad Federal de Paraná, donde Maria Edith fue una de las invitadas. Su enfoque se basa en la perspectiva inclusiva, desafiando conceptos y prácticas que limitan la plena participación de todos en la escuela y en la sociedad. A lo largo de la discusión, explora la evolución conceptual y terminológica del área, problematiza prácticas pedagógicas que aún se fundamentan en un modelo único de estudiante y cuestiona el uso de informes médicos como justificación para restringir la inclusión educativa y social. Su discurso enfatiza la necesidad de transformar las distintas áreas del conocimiento, asegurando que la inclusión trascienda el discurso y se convierta en una realidad efectiva.

Palabras clave: educación especial; inclusión; prácticas pedagógicas inclusivas; diversidad; derecho a la educación.

Raquel Angela Speck: Inicio este diálogo com a professora Maria Edith Romano Siems, uma referência na área da educação especial, cuja trajetória profissional e contribuição acadêmica são amplamente reconhecidas. Seu extenso currículo evidencia sua significativa colaboração para o desenvolvimento do campo.

Atualmente, é professora aposentada da Universidade Federal de Roraima, onde atua como docente voluntária do doutorado em educação na Amazônia da rede Educante e Professora Visitante do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica da Universidade Federal do Pará. É graduada em pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba (1987), mestre em educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2008) e doutora em educação especial (Educação do Indivíduo Especial) pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Além disso, realizou dois pós-doutoramentos: um em educação pela Universidade de Évora (2016) e outro no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (2019-2020).

Maria Edith Romano Siems: Agradeço o convite para esta conversa. Sempre gosto de dizer que, antes de tudo, sou professora. Minha trajetória começou na educação básica, em São Paulo, onde trabalhei em escolas das redes pública e privada como professora da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental por muitos anos. Em 1990, mudei para a Amazônia, especificamente para Roraima, onde atuei por mais oito anos na Coordenação do serviço de educação infantil e fui gestora do Sesc da Amazônia.

Posteriormente, ingressei na Universidade Federal de Roraima, onde permaneci pelo restante da minha carreira profissional, dedicando-me fortemente à formação de professores e à educação especial. Minha paixão por essa área começou ainda no estágio do magistério (sou da época do curso normal), quando fiz um estágio na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e me encantei com uma criança em particular. Mesmo após o término da carga horária obrigatória do estágio, continuei lá voluntariamente. Naquela época, participei de cursos do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp) para formação de professores e realizei capacitações em deficiência mental (como era chamada na época). No período em que esta formação ocorreu, a ênfase era na realização de atividades manuais, como bordados, colagens e bolinhas de papel crepom, práticas comuns naquele contexto em que não se considerava que crianças com deficiências pudessem aprender os conteúdos da educação escolar.

Em Roraima, iniciei minha atuação na formação de professores, convidada a assumir a disciplina de “Educação Especial” no curso de Magistério em nível médio na antiga Escola de Formação de Professores. A possibilidade surgiu quando ao analisarem meu currículo, identificaram a presença deste pequeno curso oferecido pelo CENESP, com cento e oitenta horas, que acabou se tornando a base da minha identidade profissional. Abracei a oportunidade e fui me especializando cada vez mais para capacitar outros docentes. Ao longo do tempo, após ter realizado especializações em diversas áreas, segui para o mestrado com foco em pessoas com deficiência e, posteriormente, para o doutorado em educação especial. Dessa forma, se dá a construção desta minha identidade profissional pautada pela educação especial, sempre com base na sala de aula.

Raquel Angela Speck: Professora, o que significa tratar do tema da educação especial na perspectiva da educação inclusiva?

Maria Edith Romano Siems: Minha pesquisa se concentra na história da educação especial, um campo ao qual tenho me dedicado profundamente. Antes de abordar esse tema, é essencial

refletirmos sobre algumas questões fundamentais: o que define a educação especial? Como podemos compreendê-la do ponto de vista histórico, filosófico e sociológico?

Aqui, destaco a pesquisa do professor Jefferson Mainardes, que vem explorando a educação especial como um campo de conhecimento científico. Esse campo envolve estudos sobre o desenvolvimento humano, diretamente relacionados à psicologia, além de abordagens sociológicas que analisam como as sociedades percebem as pessoas com deficiência ao longo do tempo. Também engloba a história da trajetória dessas pessoas e sua inserção na sociedade. Assim, a educação especial que se funda no campo educacional, dialoga com áreas como saúde e assistência social com foco na compreensão das várias dimensões do desenvolvimento humano.

Reforço essa visão porque, até recentemente, pessoas com deficiência ou transtornos não tinham acesso à escola. Por isso, grande parte dos conhecimentos acumulados sobre elas advém da área da saúde e não da prática educacional em sala de aula. Precisamos avançar no desenvolvimento de metodologias específicas para a educação escolar dessas pessoas.

Raquel Angela Speck: Gostaria que a professora pudesse explicar a expressão “perspectiva inclusiva” e, ainda, como a exclusão histórica de determinados grupos do acesso à educação e à participação social influencia a forma como concebemos a inclusão nos dias de hoje.

Maria Edith Romano Siems: A realidade objetiva que precisamos reconhecer é que, historicamente, fomos privados da oportunidade de aprender a conviver e interagir com pessoas com deficiência e com alguns tipos de transtorno. A presença delas em nossos espaços sociais e educacionais nos impõe novos desafios e aprendizados.

A educação especial não é apenas um campo de conhecimento, mas também uma modalidade de educação escolar, devidamente prevista na legislação brasileira. Nossa legislação estabelece que a educação especial deve ocorrer sob uma perspectiva inclusiva, uma escolha política do país que indica o compromisso de evitar o retorno a modelos segregacionistas. No entanto, ainda persiste a visão de que a educação especial funciona apenas como um suporte, inserindo-se dentro de uma lógica de serviços especializados. A palavra “inclusão” só se tornou necessária porque, em algum momento, pessoas foram excluídas.

Quem foram essas pessoas? Historicamente, todas aquelas que fugiam dos padrões normativos estabelecidos. A concepção do que é “o outro”, do que é “diferente”, do que é “normal” ou “anormal” variou ao longo do tempo. Por exemplo, a Constituição brasileira de 1834 excluía pessoas negras e indígenas do direito à educação, determinando que elas não poderiam participar do processo escolar. Em outras épocas e lugares, esse tipo de exclusão também ocorreu e ainda ocorre. Mulheres nem sempre tiveram o direito de acesso à educação nas sociedades ocidentais e, na atualidade, seguem impedidas de estudar em alguns países. Refletir sobre essas questões nos ajuda a compreender por que a inclusão é fundamental e por que devemos continuar avançando nessa perspectiva.

Raquel Angela Speck: Falando em perspectivas históricas, como podemos compreender a construção das diferenças que infelizmente são utilizadas para processos de distinção e segregação?

Maria Edith Romano Siems: Os padrões e as diferenças sempre partiram de um ponto de referência, seja ele econômico, de classe, ou ligado à capacidade produtiva e aos interesses sociais. Esses fatores estão sempre interligados. Vejamos o caso das mulheres: por muito tempo, fomos vistas como mão de obra barata dentro de casa, valorizadas apenas no espaço doméstico, sem a necessidade de participação no mercado de trabalho.

Apesar dos avanços, ainda enfrentamos desafios significativos, relatos de discriminação e *bullying* contra mulheres, especialmente em áreas como computação e engenharia, demonstram que,

apesar dos avanços, há muito a ser feito para garantir uma verdadeira inclusão, em especial em aspectos como o gênero; entretanto, o respeito ao direito de acesso à educação escolar e à participação nos espaços sociais das pessoas com deficiência está em um processo ainda mais distante.

Raquel Angela Speck: Apesar dos avanços na inclusão, por que ainda persistem questionamentos preconceituosos sobre a presença de pessoas com deficiência no ensino superior e no mercado de trabalho? Como isso reflete a história da marginalização desses grupos ao longo do tempo?

Maria Edith Romano Siems: É inegável que avançamos muito nesse campo. No entanto, mesmo dentro das universidades públicas, ainda ouvimos questionamentos preconceituosos nos bastidores. Perguntas como: “Por que esse estudante está aqui? Não deveria estar na APAE?” ou “O que uma pessoa com deficiência intelectual pretende fazer em um curso de pedagogia?” continuam sendo feitas. Há estudantes com deficiência na medicina, e ainda se escuta: “Como uma pessoa cega pode estudar medicina? Como pode exercer a profissão?”.

Até mesmo os pais se perguntam se devem colocar seus filhos com algum transtorno ou deficiência na escola. Precisamos ter muito cuidado, pois estamos perpetuando desigualdades sociais e econômicas, algo extremamente sério.

Nosso movimento de ações afirmativas busca justamente combater essa exclusão. Durante muito tempo, pessoas com deficiência foram exterminadas ou marginalizadas. Basta lembrar o filme 300, que ilustra como, no passado, aqueles que nasciam com alguma deficiência eram eliminados. Mesmo hoje, em algumas sociedades, esse pensamento persiste. Por exemplo, estudos recentes mostram a redução do número de pessoas com síndrome de Down em certos países europeus. Essa diminuição não ocorreu porque encontraram uma cura ou um tratamento eficaz, mas porque exames pré-natais mais avançados permitem a identificação precoce da deficiência, levando à autorização legal do aborto. Assim, vemos que o extermínio do “diferente” não é algo restrito ao passado.

Somente ao longo do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, esse modelo passou a ser questionado. Com a grande perda de pessoas em idade produtiva nos países ocidentais, tornou-se inviável continuar segregando aqueles que poderiam contribuir socialmente. Aos poucos, a sociedade passou a reconhecer o potencial de realização dessas pessoas, que começaram a ocupar espaços sociais e a se organizar em movimentos que reivindicam seus direitos.

No início do século XX, o pensamento higienista pregava a “correção” das pessoas e a construção de padrões biológicos específicos à sociedade acabaram por dar início a estruturas de asilamento de pessoas com deficiências ou transtornos. Assim, essas pessoas se tornaram visíveis para os profissionais da saúde e esse contexto se constituiu nas formas educativas iniciais às quais essas pessoas tiveram acesso.

Hoje, estamos em um movimento que defende que todas as pessoas devem ter acesso a todos os espaços sociais, dentre eles o da educação escolar. No entanto, ainda confundimos inclusão com integração. Integrar é dizer: “Minha aula é assim; se você conseguir acompanhar, ótimo”. Incluir é diferente. Incluir implica em adaptar as estruturas, muitas vezes excludentes, para que todas as pessoas encontrem condições de existir plenamente.

No campo da educação, passamos de termos como “excepcionais” e “portadores de necessidades especiais” para “pessoas com deficiência”, “pessoas com altas habilidades” e “pessoas com transtornos”. A colocação da palavra “pessoa” antes da condição reforça um ponto essencial:

independentemente de qualquer característica, todas essas pessoas têm o direito de existir e ocupar espaços com condições de dignidade.

Raquel Angela Speck: A terminologia no campo da deficiência tem evoluído ao longo do tempo. Em que sentido podemos compreender estas mudanças? O que elas demarcam e no que implicam?

Maria Edith Romano Siems: Os termos relacionados à deficiência evoluem ao longo do tempo devido a transformações sociais, científicas e culturais. Essas mudanças ocorrem tanto pelo avanço do conhecimento médico e científico quanto pelo reconhecimento sociológico e filosófico dos direitos das pessoas com deficiência.

Um exemplo importante é a distinção entre deficiência intelectual e deficiência mental. Essa diferenciação é fundamental para os profissionais da educação. Antigamente, utilizava-se o termo “deficiência mental”, mas essa nomenclatura foi substituída por “deficiência intelectual” para esclarecer que não se trata de uma doença do ponto de vista da mente entendida enquanto estrutura biológica. Enquanto doenças mentais, como depressão, psicose e outros transtornos, exigem tratamento médico, a deficiência intelectual está relacionada a limitações no desenvolvimento cognitivo, afetando a capacidade de aprendizado e retenção de informações.

A deficiência física, por sua vez, refere-se a limitações motoras ou de locomoção, sem necessariamente afetar o desenvolvimento cognitivo. No que se refere à deficiência visual e auditiva, os termos “cego” e “surdo” continuam sendo aceitos, pois são classificações técnicas bem estabelecidas e referendadas pelos movimentos sociais das pessoas em situação de deficiência. A cegueira e a surdez podem ser congênitas ou adquiridas ao longo da vida. Entretanto, nem todas as pessoas com deficiência visual ou auditiva possuem uma perda total desses sentidos.

Além disso, há casos de deficiência múltipla, quando um indivíduo apresenta mais de uma condição associada, exigindo abordagens educacionais e, em alguns casos, apoios e intervenções clínico-terapêuticas específicas, que possam dar maior apoio ao desenvolvimento de todas as potencialidades da pessoa. São, entretanto, demandas do campo dos serviços de saúde, que não podem nem devem ser confundidas com as especificidades da educação escolar, ou com o trabalho pedagógico dos profissionais da educação.

Raquel Angela Speck: A superdotação é frequentemente vinculada exclusivamente a um desempenho acadêmico excepcional. Contudo, cada vez mais, reconhece-se que ela pode abranger diversas áreas, como criatividade, liderança e habilidades artísticas. Ainda assim, parece que, no contexto da educação escolar, essa visão continua restrita à cognição. Até que ponto houve avanços na ampliação dessa compreensão no meio acadêmico?

Maria Edith Romano Siems: Ainda há um mito em torno da ideia de que possuir inteligência acima da média é sempre algo positivo. No entanto, a questão das altas habilidades é muito mais complexa. Em primeiro lugar, não existe uma pessoa “superdotada” de maneira geral. Embora essa expressão ainda seja utilizada, ela é imprecisa, pois sugere equivocadamente que alguém com inteligência superior à média é excepcional em todas as áreas, o que não é verdade.

A inteligência é um conceito amplo e flexível, muito mais complexo do que tentam definir. Teorias contemporâneas, como a das inteligências múltiplas, reconhecem que uma pessoa pode ser excepcional em diferentes áreas, como linguagem, lógica, habilidades sociais ou movimento físico, sem que haja um padrão único aplicável a todos. No ambiente escolar, as crianças seguem trajetórias de desenvolvimento variadas e, a cada dia, descobrimos novas formas de aprendizado dentro da sala de aula.

Raquel Angela Speck: Podemos considerar que possíveis falhas ou fragilidades nos diagnósticos médicos estejam impactando a compreensão e, conseqüentemente, os encaminhamentos pedagógicos de forma inadequada?

Maria Edith Romano Siems: Sempre recomendo cautela ao lidar com diagnósticos, pois, atualmente, a volatilidade de critérios vem dando margem a que muitas pessoas que passem por uma avaliação ligeirada, possam acabar recebendo um laudo indicativo para alguma condição.

A fragilidade desses diagnósticos e sua expansão numérica tem se tornado extremamente preocupante. Não se trata apenas de “avanços no conhecimento científico”, mas também de uma ampliação excessiva dos critérios diagnósticos, permitindo que um amplo conjunto de formas de ser e existir venha a ser enquadrada como um transtorno. Outro aspecto a se considerar é que os parâmetros que estabelecem o que se constitui como um transtorno estabelecidos em manuais como o DSM-5, que orienta médicos psiquiatras e outros profissionais da área da saúde mental, vem tendo seus parâmetros definidos com intervenção de grupos movidos mais por interesses econômicos do que científicos, como, por exemplo, das indústrias produtoras de medicamentos.

Temos observado não apenas uma banalização na “autoatribuição” de determinados transtornos, mas também a chegada, nos espaços escolares, de documentos diagnósticos emitidos por profissionais que não coincidem com a manifestação perceptível por parte dos profissionais da educação que atuam diariamente com as crianças em diferentes condições e desafios. É um movimento que, de certa forma, traz de volta, com um véu de cientificidade, os antigos testes de revistas populares, onde as respostas determinavam traços da personalidade.

Raquel Angela Speck: Como a acessibilidade, em suas diversas dimensões, se relaciona com os conceitos de integração e inclusão, e de que maneira os recursos a ela associados podem contribuir para o desenvolvimento das potencialidades humanas?

Maria Edith Romano Siems: A questão da inclusão, como você bem pontuou, vai além da simples integração. Tenho trabalhado com a migração, especialmente em Roraima, um estado que, nos últimos dez anos, tornou-se um verdadeiro caldeirão social. Atualmente, vivemos o que talvez seja a maior diáspora da América Latina.

Na migração, ainda utilizamos o termo integração, como ocorre em muitos programas institucionais. No entanto, é essencial avançarmos para o conceito de inclusão. A integração, por si só, exige que o indivíduo se adapte às regras e formatos já estabelecidos. Quem se enquadra, permanece; quem não se encaixa, é direcionado para outro espaço, muitas vezes sem a devida consideração por suas necessidades. Já a inclusão propõe uma mudança estrutural na sociedade, garantindo que todos tenham acesso a direitos fundamentais, como acessibilidade, educação, conhecimento e participação social.

No campo da educação, avançamos significativamente na presença de pessoas com deficiência nas escolas. No entanto, em outras áreas do conhecimento, como na medicina, ainda há profissionais que, ao comunicar um diagnóstico aos pais, dizem frases como: “Seu filho não vai andar, não vai falar, não vai se desenvolver”, sem considerar todo o potencial de desenvolvimento que pode ser alcançado com os recursos e apoios adequados.

Raquel Angela Speck: Quais são os desafios enfrentados pelos profissionais da educação diante da falta de entendimento de outras áreas, como medicina e direito, no que diz respeito à compreensão dos processos escolares e como isso impacta a inclusão e o desenvolvimento dos estudantes?

Maria Edith Romano Siems: Nós, profissionais da educação, somos frequentemente cobrados a entender aspectos da medicina e da psicologia, como o funcionamento do autismo, enquanto os

profissionais dessas áreas não são igualmente preparados para compreender os processos de escolarização. Um psiquiatra, por exemplo, ao emitir um laudo, revela em suas entrelinhas o limitado conhecimento que detém sobre a dinâmica de uma sala de aula. No geral, seu saber sobre a docência limita-se à sua experiência enquanto aluno e, como sabemos, ser aluno é uma experiência completamente diferente de ser professor.

Outras áreas, como engenharia, direito e administração, também interferem na educação sem o devido entendimento. Já recebi, na universidade, ordens judiciais determinando a presença de cuidadores para estudantes que não necessitavam desse suporte. Advogados, sem formação sobre os processos escolares, tornam-se juízes e determinam medidas que, longe de auxiliar, acabam prejudicando o desenvolvimento educacional.

Hoje, há um foco excessivo em terapias no contexto educacional, especialmente no caso do autismo. Muitos tentam ensinar professores a aplicar técnicas terapêuticas de consultório, o que é um equívoco. O papel da escola é educar, não substituir o sistema de saúde. Professores podem ter conhecimento sobre terapias específicas, mas isso deve servir para ampliar sua compreensão, não para transformar a sala de aula em um arremedo de espaço terapêutico.

Raquel Angela Speck: Como a ideia de um “estudante padrão” influencia as práticas educacionais e de que forma a valorização da diversidade pode contribuir para um ensino mais inclusivo e eficaz?

Maria Edith Romano Siems: Precisamos nos afastar da visão que atribui o fracasso escolar ou as dificuldades de aprendizagem apenas a fatores individuais, como transtornos ou diagnósticos médicos. Ainda mais agora, quando buscamos socializar o conhecimento, é comum ouvirmos justificativas como: o aluno não aprende porque tem um problema. Muitas escolas, instituições e até famílias utilizam os laudos como explicação para a dificuldade de aprendizagem, mas essas questões externas ao ambiente escolar, embora relevantes, não podem ser usadas para justificar a falta de acesso à participação social e educacional. Perfis diversos, organizações familiares diferenciadas e habilidades em áreas diferenciadas caracterizam os alunos presentes em qualquer escola e devem ser consideradas não para justificar o “não aprender”, mas para constituir os pontos de partida a partir dos quais o currículo escolar será organizado.

Precisamos também desconstruir a ideia de um “estudante padrão”, aquele que supostamente se encaixaria perfeitamente no modelo tradicional de ensino. Quem seria esse aluno ideal? Normalmente, ele é representado como um indivíduo masculino, branco, ocidental, urbano e pertencente a uma família com acesso a bens de consumo e capital. No entanto, a realidade das nossas salas de aula é muito diferente desse modelo idealizado. Nossos estudantes vêm de diversas origens étnicas, sociais e culturais, possuem vivências variadas e aprendem de formas distintas. Somente ao considerar essa diversidade é que poderemos, de fato, construir uma educação acessível para todos.

*Submetido em julho de 2025
Aprovado em novembro de 2025*

Informações da autora

Raquel Angela Speck

UFPR – Setor Palotina

E-mail: raquel.speck@ufpr.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6432-3349>

Link *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/4658545401358460>